

ANO 1 - Nº 04 - MAIO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Política externa e soberania

Assumiu o novo presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), o contra-almirante Sergio Barbosa, que, logo após tomar posse, demitiu diretores ligados ao ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo.

O presidente Jair Bolsonaro viajou pela segunda vez aos Estados Unidos, onde recebeu homenagem da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos em Dallas, no estado do Texas, após o evento ser recusado por vários lugares em Nova York, como o Museu de História Natural, e pelo próprio prefeito da cidade, o democrata Bill de Blasio.

O vice-presidente Hamilton Mourão viajou à China, onde encontrou-se com o presidente, Xi Jinping, e o vice-presidente, Wang Qishan. Além disso, Mourão comandou a quinta reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), na qual temas como a exportação de carnes e de aviões fabricados pela Embraer foram discutidos.

Segurança pública

Foi publicado o Decreto n.º 9.785 que flexibiliza o porte de armas de fogo, que além de liberar a circulação de armas para os atiradores desportistas, conhecidos como CAC's (Caçador, Atirador, Colecionador), também autoriza o porte para várias categorias profissionais, como políticos eleitos (de vereadores a presidente da República), caminhoneiros, advogados, jornalistas, agentes públicos e privados da área de segurança (incluindo do sistema socioeducativo), conselheiro tutelar; centuplica a quantidade de munição autorizada – de cinquenta cartuchos por ano para cinco mil no caso de armas comuns e mil para armas de uso restrito; autoriza armas de calibre maior (antes permitido somente para as forças armadas); permite que crianças e adolescentes pratiquem tiro em clubes com o aval de responsável; e autoriza importação de armas – hoje, no Brasil, a maior parte da produção é nacional, da empresa Taurus.

E o decreto n.º 9.797, com alterações do decreto anterior, como: menores só poderão praticar tiro esportivo a partir dos 14 anos e com a autorização dos dois responsáveis (o decreto anterior não estipulava idade mínima e exigia autorização de

apenas um dos responsáveis); restitui à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) o poder de definir as regras para armas em voos (o texto original deixava a critério do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que abriu brecha para que certas categorias pudessem portar armamentos dentro do avião). Além disso, retirou a permissão de porte de arma de fuzis, carabinas, espingardas ou armas ao cidadão comum.

Estado, democracia e aperfeiçoamento da gestão pública

Foi publicado o decreto nº 9.784, que extinguiu dezenas de conselhos e órgãos colegiados do governo, materializando decreto publicado em abril. Com isso, foi transferida a responsabilidade de gestão de programas e planos como Brasil Sem Miséria, PAC, Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, de seus comitês gestores para os respectivos ministérios. O decreto extinguiu inclusive o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criado no governo Lula, que reunia empresários, ministros e representantes da sociedade civil.

Foi publicada a resolução nº 681, que cria o regime de teletrabalho (home office) para servidores do INSS, por meio das Centrais Especializadas de Alta Performance (CEAPs), num período de doze meses, inicialmente. Há preferência para servidores com deficiência ou com filhos, cônjuges ou dependentes com deficiência e para as gestantes e lactantes. O servidor deve providenciar o próprio equipamento e arcar com custos de luz, telefone e internet.

Foi publicado o Decreto nº 9.810, que incluiu o setor privado e excluiu contribuições dos ministérios do Meio Ambiente, Educação e Saúde da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, limitando apenas à Casa Civil, Desenvolvimento Regional, GSI, Secretaria-Geral, Economia, e Secretaria de Governo.

Estrutura, repartição dos poderes

O decreto nº 9.794 atribui à Secretaria de Governo o aval prévio para nomeações de secretários-executivos, cargos de Direção e Assessoramento Superior nos níveis 3 a 6 (médio a alto escalão), reitores de universidades federais e embaixadores. E cria o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc), pelo qual o governo gerenciará as indicações e fará consultas para “possibilitar a verificação da existência de óbice ao provimento de cargo em comissão ou de função de confiança”, “encaminhar os pedidos de pesquisa à Controladoria-Geral da União e à Agência Brasileira de Inte-

ligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para verificação de vida pregressa” e “consultar, de forma automatizada, o banco de dados de sanções aplicadas pelas comissões de ética mantido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República”

ANÁLISE CRÍTICA

Na política externa e soberania, mais uma vez, assim como em outras áreas do governo, percebem-se tensões entre a ala “ideológica” dos apoiadores do Olavo de Carvalho e ala dos militares. A posse do contra-almirante Sergio Barbosa e a posterior demissão de pessoas ligadas ao ministro Araújo, que é defensor incontestado de Olavo, ilustra bem isso. Ademais, se por um lado o vice-presidente Mourão esteve na China em um aceno de aproximação com o maior parceiro comercial do Brasil, apesar das posturas e ações tomadas por Araújo e o próprio presidente Bolsonaro, este último foi para os Estados Unidos pela segunda vez em mais uma demonstração de submissão. Novamente vários momentos constrangedores para a imagem brasileira no cenário internacional marcaram a viagem, como a visita de Bolsonaro ao ex-presidente republicano George Bush, que não o esperava.

Em relação à segurança pública, a flexibilização do porte de armas traz a perspectiva de mais mortes por armas de fogo (calcula-se que Estatuto do Desarmamento de 2003 salvou mais de 160 mil vidas); facilitação para o crime organizado se armar; valorização da indústria armamentícia.

Por fim, no que tange ao Estado, sua estrutura e repartição dos poderes, o governo claramente tem como um de seus objetivos o desmonte dos mecanismos de participação social na gestão pública, com vistas a uma visão privatista e verticalizada do Estado não apenas na agenda econômica, mas também na agenda de desenvolvimento regional e de políticas sociais. O desmonte de órgãos colegiados e a inclusão do setor privado como parceiro estratégico aponta para a reversão do padrão de formulação das políticas públicas vista nos governos do PT. A precarização do trabalho dos servidores públicos evidencia isso, e é mais uma etapa em torno do desmonte das carreiras e do próprio serviço prestado. Já a nova atribuição da Secretaria de Governo confere ainda mais poder para a ala militar do governo, visto que o decreto foi publicado em meio aos ataques que o ministro-chefe, General Alberto dos Santos Cruz, sofria da ala “ideológica”, dos seguidores do Olavo de Carvalho.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Investimento em infraestrutura

O PIB brasileiro caiu 0,2% no primeiro trimestre de 2019, na comparação com o último trimestre do ano passado. É a primeira queda desde o quarto trimestre de 2016 (-0,6%). A redução na atividade econômica foi puxada pelo baixo dinamismo na indústria extrativa (-6,3%), na construção civil (-2%) e no investimento (-1,7%).

A participação do setor público no total das obras e serviços de infraestrutura no país recuou para 52,4%, bem abaixo do que ocorreu na década passada, quando essa fatia ficou em cerca de 63%, segundo a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As entidades públicas responderam por 47,3 bilhões de reais em obras e serviços de infraestrutura. O setor privado, por seu turno, demandou obras de 42,9 bilhões de reais. Os investimentos em infraestrutura como um todo recuaram 9% no ano passado, em relação ao ano anterior, para cerca de noventa bilhões de reais.

Financiamento da infraestrutura

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) efetuou em maio um pagamento antecipado de trinta bilhões de reais referentes à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. A instituição informou que, com o adiantamento, já liquidou aproximadamente 340 bilhões de reais em dívidas antecipadas com a União desde dezembro de 2015.

Está havendo uma desaceleração na oferta de créditos para as empresas. Os novos empréstimos, que, em termos reais, tinham registrado expansão de 18% no terceiro trimestre de 2018, cresceram apenas 9,5% no mesmo período de 2019. A perda de fôlego se deve à diminuição dos créditos do BNDES, à retração do crédito rural e à volatilidade do crédito imobiliário.

Privatizações na infraestrutura

O mês foi marcado por obstáculos jurídicos contra as privatizações. O Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando liminares que incidem sobre a constitucionalidade

de venda de controle acionário de empresas estatais e sobre a realização de desestatizações sem licitação.

Enquanto o Supremo bloqueia a venda dos ativos de transporte e logística da Petrobras, o Executivo acelera o processo de abertura do mercado de gás no Brasil.

O Congresso Nacional discute o texto substitutivo da MP 868, que altera o marco regulatório do saneamento básico no país. A Medida Provisória expirou neste mês. A nova regulação deve estimular a realização de privatizações e concessões nas áreas de águas e esgoto em estados e municípios. A proposta quebra a titularidade constitucional dos entes federados sobre a prestação dos serviços e retira a preferência das companhias estaduais de saneamento. Segundo o Plano Nacional de Saneamento, seria necessário investir cerca de setecentos bilhões de reais para resolver o déficit de saneamento no país. Entre 2010 e 2017, o investimento anual médio no setor foi de apenas 13,6 bilhões de reais. Em 2019, as projeções indicam que esse valor deve cair para menos de dez bilhões de reais.

ANÁLISE CRÍTICA

A queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre do ano frente ao último trimestre de 2018 sinaliza uma possível volta da recessão neste ano, definida por dois trimestres de contração da atividade econômica. Os dados do IBGE, divulgados em maio, reiteram a problemática performance do investimento, que teve queda de 1,7% em igual período. Alguns analistas de mercado chegam mesmo a indicar uma estagnação do PIB acompanhada de uma recessão dos investimentos, colocando o setor de infraestrutura de maneira ainda mais intensa no epicentro da crise em que se encontra o país.

Se tal situação permanecer, o ano de 2019 pode trazer consigo piores indicadores de investimento do que nos anos anteriores. Trata-se de uma questão fundamental, pois a frustração das expectativas de uma parte do mercado pode tornar ainda mais instável a já truncada base de sustentação do governo.

A retração dos investimentos teve início no segundo trimestre de 2013, contribuindo para a recessão que se desenhou no ano seguinte. O último ciclo de investimentos, ainda no governo Dilma Rousseff, foi marcado por pressões do Congresso contra os ajustes nos subsídios para setores empresariais, por pressões da Operação Lava Jato contra empresas públicas, de infraestrutura e de construção civil e por equívocos

de condução na política econômica. Desde então há um travamento nos principais motores do crescimento econômico.

Vale destacar que o crescimento de 4,1% do investimento em 2018 estava superestimado porque foram contabilizadas importações antigas de plataformas de petróleo. Sem essas importações, feitas no passado mas só consideradas em 2018, a expansão do investimento foi de apenas metade do registrado. Feita essa ressalva, o que se observa é uma trajetória mais longa de desaceleração dos investimentos, sobretudo em áreas de infraestrutura.

Sem investimentos na infraestrutura, o estoque de capital vai se depreciando e se deteriorando. Está se tornando corriqueiro na cena brasileira viadutos despencarem e estações de energia explodirem, como ocorreu neste mês no Rio de Janeiro e com uma estação da Companhia Energética de Brasília, no centro da capital federal.

Um sinal indicativo para a melhora dessa situação estaria na reativação do financiamento de longo prazo e no crédito para o investimento, entretanto nessa seara os dados justificam ainda mais pessimismo. O BNDES efetuou neste mês um pagamento antecipado de 30 bilhões de reais referentes à liquidação de contratos firmados entre o banco e a União. A instituição informou que, com o adiantamento, já liquidou aproximadamente 340 bilhões de reais em dívidas antecipadas com a União desde dezembro de 2015. Os recursos do maior banco público do país estão sendo subtraídos do investimento e estão sendo drenados para a realização do ajuste fiscal recessivo levado a cabo pelo governo.

Como já é conhecido na trajetória brasileira, a redução dos investimentos públicos não vem sendo acompanhada da substituição por investimentos privados. Isso porque está havendo uma desaceleração na oferta de créditos para as empresas. Os novos empréstimos, que em termos reais tinham registrado expansão de 18% no terceiro trimestre de 2018, cresceram apenas 9,5% no mesmo período de 2019. A perda de fôlego se deve à diminuição dos créditos do BNDES, à retração do crédito rural do Banco do Brasil e à volatilidade do crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal.

Como alternativa para o crescimento, além da reforma da Previdência, o governo continua insistindo na agenda de privatizações, a aposta da vez está na mudança do marco regulatório do setor de saneamento com vistas a estimular novas privatizações e concessões de companhias estaduais. No entanto, a venda de ativos tem encontrado obstáculos impostos por inabilidades técnicas do governo e por impedimentos interpostos pelo judiciário. O quadro geral parece sinalizar para o aprofundamento da desaceleração econômica no setor de infraestrutura.

PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O PIB do primeiro trimestre de 2019 caiu 0,2%, puxado pela contração dos setores industrial (-0,7%) e agrícola (-0,5%). Além disso, pelo lado da demanda, registrou-se uma forte queda da Formação Bruta de Capital Fixo (-1,7%), levando a taxa de investimento a 15,5% do PIB. Da parte do governo, nenhuma medida de estímulo à demanda foi tomada até o momento. Pelo contrário, o presidente do Banco Central concedeu entrevista dizendo que ainda não é prudente reduzir a taxa Selic para menos de 6,5% ao ano.

A União encerrou o primeiro trimestre de 2019 registrando o menor patamar de investimentos em treze anos. Foram investidos 6,2 bilhões de reais no período, o que corresponde a apenas 0,35% do PIB, o mais baixo percentual para o período desde o início da série histórica iniciada em 2007.

No dia 24 de maio o ministro do STF, Edson Fachin, concedeu liminar suspendendo os processos de venda de ativos da Petrobras, como refinarias, a unidade de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa) e a Transportadora Associada de Gás (TAG). De acordo com Fachin, caberá ao plenário do Supremo Tribunal Federal decidir se esses tipos de operações devem ser precedidos de “procedimento licitatório e autorização legislativa”.

O Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1), que apura a inflação entre a população mais pobre (famílias com ganhos até 2,5 salários mínimos mensais) passou de 0,67% para 0,73% entre março e abril. Foi a maior taxa dos últimos onze meses.

O governo federal solicitou ao Congresso autorização para descumprir a “regra de ouro” e poder tomar dívida de até 147 bilhões de reais para pagar despesas correntes da União (as rubricas de aposentadorias, Bolsa-Família e Benefício de Prestação Continuada não dispõem de previsão orçamentária suficiente para arcar com as despesas previstas até o fim do ano). O relator do Projeto de Lei que pode alterar a “regra de ouro”, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), quer autorizar valor menor do que o requisitado pelo governo, deixando aberta a possibilidade de nova autorização a ser votada no segundo semestre, caso a União não consiga obter receitas extraordinárias.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social suspendeu novamente o repasse de verbas para investimentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agri-

cultura (Contag) estima em 800 milhões de reais o montante que deixará de ser repassado aos trabalhadores.

Por meio da Resolução nº 5, de 23 de maio de 2019, o Ministério da Economia não vai mais analisar a capacidade de pagamento das prefeituras e governos estaduais para conceder garantias da União em empréstimos e financiamentos junto a bancos estrangeiros ou organismos multilaterais, desde que essas operações tenham como objetivo “apoiar processos de privatização” cuja receita de venda seja direcionada para o pagamento de dívidas preexistentes, ou para “reestruturação e recomposição do principal de dívidas”.

Com a publicação da MP 881, anunciada como a MP da “Liberdade Econômica”, o governo pretende simplificar um conjunto de normas regulatórias que dizem respeito ao estabelecimento e funcionamento de empreendimentos de pequeno e médio portes ou de empreendimentos considerados de “baixo risco”. Os efeitos da MP, porém, são controversos e sua amplitude e aplicabilidade têm sido questionadas pelos operadores do direito.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referentes ao trimestre encerrado em abril indicam que a taxa de desemprego foi de 12,5% (portanto, superior aos 12% registrados no trimestre encerrado em janeiro) e o rendimento médio mensal habitualmente recebido pelo trabalhador brasileiro caiu 0,4% na mesma comparação, ficando em 2.295 reais.

Diante do fracasso do governo na seara econômica, no mesmo dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado do PIB do primeiro trimestre, o ministro Paulo Guedes anunciou em entrevista que o governo estuda a liberação de 22 bilhões de reais do FGTS para aquecer o consumo e reanimar a demanda agregada. Como de costume, o ministro, entretanto, condicionou a liberação dos recursos à aprovação da Reforma da Previdência.

ANÁLISE CRÍTICA

A grave depressão econômica que se instalou no país desde que a austeridade fiscal passou a ser considerada como objetivo primordial e praticamente exclusivo da política econômica segue produzindo evidências da incapacidade da agenda neoliberal para fazer o país voltar a crescer e gerar empregos.

A queda do PIB no primeiro trimestre do ano e, mais grave ainda, a retração dos inves-

timentos e da produção industrial jogam um balde de água fria na mais recente euforia com a suposta “retomada do crescimento”. Pela terceira vez desde o golpe contra Dilma Rousseff, a propaganda neoliberal é vencida pela dura realidade econômica.

Sem instrumentos efetivos de estímulo à demanda agregada, a “fada da confiança” que prometia reanimar as expectativas primeiro com o impeachment, depois com a aprovação da reforma trabalhista e, mais recentemente, com a vitória do capitão Bolsonaro e sua agenda ultraliberal, mostra-se absolutamente insuficiente para fazer crescerem os investimentos capitalistas.

A ideologia defendida com mão de ferro e muito palavrório pelo ministro Paulo Guedes, que aposta todas as suas fichas no chamado “lado da oferta” da economia, não consegue entregar nenhum resultado positivo na dinâmica econômica em termos agregados. Não por outro motivo, apesar de insistir na reforma da Previdência e apresentá-la como o elixir que salvará o Brasil de todas as mazelas econômicas, o ministro parece ter se resignado aos fatos e já começa a pensar em alternativas heterodoxas para ao menos produzir alguma reação da demanda agregada. A anunciada intenção de liberar 22 bilhões de reais do FGTS para aquecer o consumo, ao lado da proposta de renegociação das dívidas de clientes dos bancos públicos, são as primeiras evidências de fratura na mística neoliberal que orienta a atual equipe econômica.

Por outro lado, a louvável decisão do ministro Fachin de suspender temporariamente a venda de ativos da Petrobras deverá exigir do governo uma nova postura em relação à condução da política fiscal. Se forem frustradas as suas expectativas de receitas extraordinárias com os processos de privatizações, não restará ao governo outra alternativa que não seja a revisão da meta de déficit primário, além de novas rodadas de contingenciamento e, conseqüentemente, de novos embates com o Congresso e com a sociedade brasileira.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

No início do mês houve rumores de que a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves deixaria o ministério para cuidar da saúde, devido ao forte estresse decorrente de ameaças de morte, o que a obrigou a sair de sua residência e ir morar em um hotel. Damares negou, disse que foi um grande mal entendido. “Fico no cargo até o dia em que o presidente Bolsonaro precisar de mim, entender que for útil, e até o dia que a minha saúde aguentar”, declarou.

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, decidiu submeter ao plenário do Supremo Tribunal Federal o decreto do presidente Jair Bolsonaro (PSL) que extingue colegiados da administração pública federal, como conselhos, comitês e comissões. Assinaram manifesto contra a medida 39 entidades.

A ministra Damares Alves indeferiu pedido de anistia de cerca de quatrocentas pessoas.

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília pediu à Justiça a suspensão da nomeação de integrantes da Comissão de Anistia, entre eles o novo presidente do colegiado, João Henrique Nascimento de Freitas. Os nomes foram indicados pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. O MPF questiona a nomeação do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, além de outros quatro militares - o oficial da reserva do Exército Claudio Tavares Casali; o tenente-coronel da Aeronáutica Diógenes Camargo Soares; o PM de Santa Catarina Dionei Tonet; e o coronel reformado Sérgio Paulo Muniz Costa - e o consultor legislativo do Senado Joanisval Brito Gonçalves.

A Comissão de Anistia avalia levar sessões que deliberam sobre reparações às vítimas de perseguição política para Planalto. As reuniões da comissão ocorriam no Ministério da Justiça e agora, na pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ainda não se reuniu.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que pertencia ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foi recriado pelo Senado, agora no Ministério da Cidadania.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) propôs ao Ministério da Saúde alteração das diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM). A portaria apresenta o aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais, de 15% para 20%, condicionando o recebimento de recursos de custeio, a ocupação de 80% dos leitos

destinados a esse fim e passaria a oferecer no Sistema Único de Saúde a eletroconvulsoterapia (ECT), financiando a compra dos equipamentos para essa terapia.

O Senado aprovou mudanças na política sobre drogas, facilitando a internação involuntária de dependentes e fortalecendo as comunidades terapêuticas.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) recomenda o não contingenciamento de recursos da Educação e a não ingerência à autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial e de cátedra das instituições públicas e privadas de ensino. O Plano Nacional da Educação determina que é competência da União, Estados e Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

A ministra Damares Alves instituiu o Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude.

O MMFDH instituiu mudanças no Disque 100. O Disque 180 e Disque 100 passaram a trabalhar de forma integrada, com transferência da ligação do Disque 100 para o Disque 180 quando as denúncias forem relacionadas à violência contra a mulher.

Damares Alves lançou oficialmente a campanha “Acolha a Vida”, um projeto-piloto do governo federal de prevenção ao suicídio e à automutilação de crianças e adolescentes no País.

Deputados e senadores aprovaram a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai), hoje com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para o Ministério da Justiça, e o processo de demarcação de terras indígenas (atualmente com a Agricultura) fica com a Funai, também na Justiça.

Em razão das medidas de cortes de orçamento das verbas de custeio da universidade e institutos técnicos federais, bem como em toda a pasta de Educação anunciadas pelo ministro da Educação Abraham Weintraub, uma gigantesca mobilização foi organizada nessas instituições, como preparatórias para um dia de mobilização nacional no histórico 15 de maio, em defesa da Educação Pública. Muitas assembleias antecederam as manifestações que levaram milhões de pessoas às ruas de mais de 220 cidades brasileiras, incluindo aí todas as capitais de unidades da Federação. Outra mobilização se repetiu no dia 30 de maio. Embora com menor impacto político, os cortes que atingiram a educação superior também alcançaram a educação básica (39% dos recursos contingenciados), os hospitais federais (13% contingenciados), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), 8% contingenciado, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 21% contingenciada.

O ministro da Educação publicou uma nota oficial em 30 de maio afirmando que professores, alunos, funcionários e servidores “não são autorizados a divulgar e autorizar protestos durante o horário escolar”. A mesma nota dá orientações de como fazer as denúncias no site do MEC de quem viesse a praticar o que o MEC julga proibido. De acordo com a nota, nem mesmo pais ou responsáveis estariam livres para se envolver nas manifestações. Esta medida do MEC lhe rendeu repreensão do Ministério Público Federal após a denúncia feita pelo professor e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo de Sousa Júnior, pelo deputado federal pelo PT Alexandre Padilha e pelo advogado Patrick Mariano. A procuradora dos Direitos do Cidadão, Débora Dubrah, deu, em 31 de maio, dez dias para que o ministério cancele a nota, pois ela atenta contra a liberdade política e de expressão. Além disso, houve uma representação protocolada pela bancada do Psol na Câmara dos Deputados, contra Weintraub, na Procuradoria-Geral da República (PGR), argumentando que a ação do ministro “é um ataque à própria Constituição Federal, naquilo que representa a sua essência, a liberdade dos brasileiros”.

Enquanto isso, as mobilizações seguiram em outros níveis envolvendo todos os ministros da educação desde a redemocratização até o governo Dilma, como, por exemplo, a que culminou com um evento de lançamento de carta contra o corte de gastos, assinado pelos ex-ministros José Goldemberg (governo Collor), Murílio Hingel (governo Itamar Franco), Cristóvam Buarque (governo Lula), Fernando Haddad (governo Lula), Aloizio Mercadante (governo Dilma) e Renato Janine Ribeiro (governo Dilma).

Para dar respostas às notícias que Abraham Weintraub classificou como fake news, ele usou o perfil oficial do Twitter do MEC. E publicou um vídeo com referências ao filme clássico *Singing in the Rain*, (*Cantando na Chuva*) para dizer que havia uma “chuva de fake news” no ministério. As reações públicas foram do desprezo ao repúdio, passando pela traça e sarcasmo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que um quinto das famílias brasileiras usa lenha ou carvão para cozinhar. O número significa que aproximadamente 45 milhões de brasileiros não têm acesso a gás. Em dois anos, o índice cresceu em 27%. O Sudeste brasileiro apresentou a maior alta, de 60%.

O Governo editou o Decreto 9.795, de 17 de maio de 2019, que modifica a estrutura do Ministério da Saúde, transformando o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais em “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, criou conflito com a Fiocruz ao não autorizar a divulgação de pesquisa sobre drogas no Brasil realizada pela instituição. O ministro afirmou não confiar na pesquisa, pois a instituição teria um viés “liberacionista” quanto às drogas.

Apesar de a reforma da Previdência continuar na Comissão Especial da Câmara, as duas Casas aprovaram a MP 871, que prevê um “pente fino” nos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e altera regras de concessão de benefícios, em especial o auxílio reclusão e a atividade rural.

O já anunciado decréscimo da economia brasileira no primeiro trimestre de 2019 (-0,2%) se soma agora a um novo dado negativo no mercado de trabalho: a população subutilizada (28,4 milhões de pessoas) é recorde da série histórica iniciada em 2012 no trimestre de fevereiro a abril de 2019. Este contingente engloba as pessoas desocupadas, pessoas que desistiram de procurar emprego e pessoas que trabalham menos de quarenta horas na semana e gostaria de trabalhar mais. Usar a subutilização como referência pode dar um quadro mais completo do mercado de trabalho, na medida em que o número de desocupados pode vir a cair no Brasil caso pessoas saiam deste contingente por desistir de procurar emprego ou por conseguir trabalhos em poucas horas na semana. E este indicador vem crescendo desde 2015, apesar de uma certa estagnação na desocupação.

ANÁLISE CRÍTICA

Com a decisão sobre os Conselhos, os ministros do Supremo Tribunal Federal deverão apreciar o pedido de liminar com o objetivo de suspender o decreto de Bolsonaro que determina que, a partir de 28 de junho, sejam extintos vários colegiados, colocando o STF em oposição ao Executivo.

Bolsonaro extinguiu mais de cinquenta conselhos e colegiados, o que acarreta prejuízos para a formulação de políticas públicas e à participação da sociedade no processo democrático. A atitude do governo vai na contramão do desenvolvimento democrático. O governo não sabe quantos conselhos existem nem fez nenhum estudo para identificar o que é fundamental para a formulação de políticas públicas ou o que tem caráter mais estratégico. A intenção do governo é reduzir o número de entidades para cerca de cinquenta.

Segundo o pedido do Ministério Público, sete dos 25 novos integrantes da Comissão

da Verdade ocupam carreiras ou têm histórico e postura públicos incompatíveis com as finalidades da comissão e não apresentam, na sua vida funcional, nenhuma atuação relacionada à defesa dos direitos humanos. Henrique entrou na lista das 86 pessoas a serem investigadas no esquema das “rachadinhas” pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, por ter trabalhado como assessor no gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa entre 2005 e 2012. O general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva é defensor do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra. O Ministério Público Federal (MPF) diz ainda que Damares tem atuado para “fragilizar” os trabalhos do colegiado, indeferindo requerimentos em massa, e pede que sejam indicados outros nomes, pois o ato assinado por Damares viola gravemente o compromisso democrático de reparação das vítimas da ditadura.

A recriação do Consea pelo Senado fica na pasta do Ministério da Cidadania. Embora seja retomado o conselho, a segurança alimentar deixa de ser vista como um direito humano.

O Decreto Legislativo 208/19 susta a Portaria 3588/17 do Ministério da Saúde e contraria a perspectiva antimanicomial defendida pelo Direitos Humanos de desospitalização dos usuários e inexistência de espaços de segregação de pessoas. O CNDH propõe que hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas sejam incluídos na Rede de Atenção Psicossocial, sem o afastamento do usuário da família e da comunidade, e retorne ao atendimento em unidades ambulatoriais especializadas, com equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A pretensa “Nova Política Nacional de Saúde Mental”, com uso de eletroconvulsoterapia, simboliza a tortura e maus tratos realizados nos manicômios.

Pela regra atual, familiares, representantes legais ou profissionais responsáveis pela condução da terapia podem determinar o fim do tratamento. Agora, a liberação da internação involuntária somente poderá ser autorizada pelo médico. A nova determinação classifica como prioritária a abstinência do paciente, deixando em segundo plano a estratégia de redução de danos, há trinta anos usada no país. Por definição, as comunidades terapêuticas não podem fazer internação involuntária, sem a anuência do paciente. O ministério não se pronunciou.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em conjunto com entidades públicas e privadas envolvidas com a defesa dos direitos humanos, quer assegurar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades; garantir a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. E reafirma a defesa da prioridade de

investimentos públicos na educação pública, universal, laica, gratuita; recomenda a revisão do contingenciamento e a liberação dos recursos previstos no orçamento para a educação, ciência e tecnologia; e a não ingerência à autonomia universitária, liberdade de cátedra, expressão e pensamento, bem como a livre investigação científica.

O Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude visa fomentar os municípios brasileiros a apresentar experiências exitosas na implementação de inovações em políticas públicas voltadas para os jovens entre 15 a 29 anos.

O Disque 100 é um serviço que já funciona, destinados a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua, quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. Ambos são considerados serviços de utilidade pública. O Disque 180 era destinado exclusivamente a denúncias de mulheres. A princípio, enfraquece a política, uma vez que o 180 é um número exclusivo para esse fim e já de domínio público.

A campanha de combate ao suicídio e à automutilação é voltada à saúde mental de jovens, principalmente nas escolas, a partir de capacitação de profissionais de vários ramos de atuação e acompanhamento do público-alvo e de seus familiares.

A mudança da Funai para o Ministério da Justiça é algo que a gestão Bolsonaro não queria, preferia que o processo de demarcação continuasse com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério da Agricultura, tentando facilitar para o agronegócio, que o elegeu.

O texto da MP da reforma administrativa devolve a Funai (atualmente sob o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) e o processo de demarcação de terra indígenas (atualmente com a Agricultura) para a Justiça.

O Brasil registrou neste ano 141 mortes de pessoas LGBTQIs, segundo relatório produzido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o que mantém o país entre os que mais matam LGBTQIs no mundo. Em 2018, no mesmo período, o número de mortes registrado pelo GGB foi 140. O patamar atual já supera as quatrocentas mortes anuais. A parcial deste ano, com dados até 15 de maio e divulgada em função do Dia Internacional de Combate à Homofobia, mostra que o padrão deve ser mantido em 2019. O ministério também não se pronunciou a respeito

O tema educação ganha cada vez mais centralidade na disputa política entre governo e oposição, agregando deste lado desde os setores mais à esquerda do espectro polí-

tico até os liberais civilizados defensores da educação pública e da ciência e tecnologia. Tem se revelado grande a capacidade destes setores mobilizar a opinião pública a seu favor, bem como de mobilização nas ruas. Esta, em particular, tem superado a mobilização dos setores bolsonaristas que, no dia 26 de maio, tentaram dar uma demonstração de superioridade nas ruas. Isso somado à incapacidade da gestão Véllez-Weintraub, a pasta da Educação de Jair Bolsonaro fechará o primeiro semestre sem pauta positiva, apenas administrando polêmicas e acumulando derrotas.

O resultado da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2018 divulgado em maio aponta para o enorme retrocesso social do Brasil pós-golpe. O aumento em quase 30% do número de famílias que utilizam lenha para cozinhar é alarmante e demonstra o caos social. O número cresceu exatamente no período em que a democracia se rompeu e o país deixou de crescer. No entanto, o governo segue em sua verdadeira obsessão por recalques ideológicos permeados da exclusão social defendida pelos ultra neoliberais que tomam conta da equipe econômica.

O departamento de DST, Aids e Hepatites Virais marcou, ao longo de todo o período da Constituição de 88, a construção de um dos programas de combate às DST's mais respeitados e importantes no mundo. Desde o governo Sarney, o combate à Aids no Brasil tem sido fundamental para salvar vidas e dar um tratamento digno às pessoas soropositivas. No entanto, o fanatismo ideológico e o massacre neoliberal do governo fazem o Ministério da Saúde achar conveniente unir a questão das DST's às doenças crônicas em geral, o que sob o ponto de vista da política pública não faz nenhum sentido.

O caso da MP 871 atende a outra alucinação ideológica daqueles que elegeram Bolsonaro: o combate ao auxílio reclusão. Isso porque as alterações praticamente impedem que as famílias das pessoas presas tenham alguma proteção social. O benefício agora está restrito aos presos que tenham contribuído ao menos por 24 meses, que estejam em regime fechado e tenham baixa renda nos doze meses anteriores. Outra questão da MP é a comprovação da atividade rural. Seguindo sua cruzada ideológica, agora o governo impede que o sindicato rural seja fonte para a comprovação da atividade do trabalhador. Esses dois movimentos se justificam pela pecha de antifraude, mas apontam para mais uma precarização institucionalizada da vida do povo.

Diante da corrosão de todos os indicadores econômicos e sociais do país, o governo se limita a repetir a reforma da Previdência como a solução dos problemas. À queda do PIB, o ministro da Economia respondeu com a proposta de liberar saques do FGTS.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

Em meio ao cenário de perda da biodiversidade, o governo Bolsonaro anunciou que dos 11,8 milhões de reais que seriam usados, neste ano, na Política Nacional sobre Mudança do Clima, para atender a compromissos assumidos pelo Ministério do Meio Ambiente, 11,3 milhões de reais foram contingenciados, o correspondente a 96% dos recursos. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) sofreu um corte de 24% de seu orçamento, comprometendo a fiscalização de crimes ambientais, como por exemplo o desmatamento ilegal.

Além dos cortes anunciados, houve polêmica envolvendo o Fundo Amazônia, financiado majoritariamente pela Noruega e Alemanha. O Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em entrevista coletiva concedida no dia 17 de maio, fez declarações vagas sobre possíveis incoerências na governança do Fundo, sem mencionar quais seriam tais irregularidades. Soma-se à estratégia de desestruturação do fundo o afastamento da responsável pelo Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Daniela Baccas, sem justificativa.

Frente ao desmonte da política ambiental brasileira, mais de seiscentos cientistas publicaram carta aberta na revista Science (vol. 364 de 26 de abril de 2019) pedindo para a União Europeia o condicionamento do comércio com o Brasil à gestão adequada do meio ambiente.

No Brasil, governadores de onze estados brasileiros firmaram compromisso em perseguir as metas do Acordo de Paris para redução do aquecimento global em evento da Federação da Indústria do Rio de Janeiro (Firjan). Por fim, em 8 de maio, ex-ministros do meio ambiente “de Collor a Temer” se reuniram no Instituto de Estudos Avançados da USP, em São Paulo (SP), para avaliar a atual política ambiental brasileira e estabelecer um posicionamento crítico ao novo governo.

Uma pesquisa publicada pela Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) chegou à conclusão de que a natureza está sendo devastada a taxas sem precedentes na história humana. Segundo o relatório, mais de um milhão de espécies estão ameaçadas de extinção (aproximadamente 11% das espécies do planeta), bem como vem se esgotando a

infraestrutura natural que atualmente utilizamos para viver.

Segundo outro relatório, realizado pela Global Forest Watch e atualizado pela universidade americana de Maryland, o Brasil foi o país que mais desmatou florestas primárias em 2018. Foram 1,3 milhões de hectares desmatados no país em um total de 3,6 milhões de hectares no mundo. Em janeiro de 2019, o desmatamento da Amazônia cresceu 54% em relação ao mesmo mês de 2018.

No que se refere aos povos indígenas, em 28 de maio, o Senado Federal votou pela continuidade da MP 870/2019, mantendo em quase sua totalidade a reforma ministerial de Bolsonaro. No que se refere aos povos indígenas houve derrota do governo, uma vez que a maioria dos senadores votou pelo retorno da Funai para o Ministério da Justiça, reincorporando também a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas. A Funai estava no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e a demarcação havia sido alocada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) . A versão da MP foi submetida ao Senado no formato de projeto de lei depois de ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados do Congresso Nacional no dia 22 de maio deste ano.

No caso dos agricultores familiares, houve suspensão de repasse de 800 milhões de reais, verbas que seriam direcionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ao todo já foram contingenciados 6,8 milhões de reais do conjunto de iniciativas que integram o plano safra 2018/2019.

Desenvolvimento regional

Estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo apontou diferenças significativas entre parte do período de crescimento da economia do país (2010 e 2014) e o período recessivo (2015-2016). No período 2010-2013, o crescimento se concentrou em municípios e regiões onde historicamente havia menor desenvolvimento econômico e social, com destaque para o Amazonas, Piauí, Maranhão, Acre, Paraná, Ceará, Pará e Mato Grosso – que contaram com 70% ou mais de seus municípios com crescimento positivo do PIB.

Entretanto, o período 2015-2016 mostrou que poucas regiões mantiveram seu ritmo de crescimento. Isso ocorreu principalmente em alguns municípios dos estados de Mato Grosso, com 64,5% cidades com crescimento do PIB superior a 3%, Alagoas (46,1% municípios), Pará (45,8%), Tocantins (43,2%) e Mato Grosso do Sul (43%).

Houve regiões que apresentaram inversão do ritmo do crescimento anterior, tais como os municípios do Acre (81% dos municípios com PIB médio anual negativo), do Amazonas (77,4%) e do Ceará (68,5%). Por fim, merecem destaque regiões que vêm apresentando PIB negativo em ambos os períodos analisados, entre elas Rondônia (com 46,2% de seus municípios com PIB negativo), Rio de Janeiro (55,4%), São Paulo (56,1%), Sergipe (66,7%), Espírito Santo (66,7%) e Santa Catarina (67,1%).

Do ponto de vista regional, outro assunto chamou atenção: trata-se da criação do Consórcio Nordeste. As Assembleias Legislativas de Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Pernambuco aprovaram em maio deste ano a adesão de seus estados ao Consórcio, somando-se à Bahia, que já havia aderido em abril. O Rio Grande do Norte enviou, também em maio, o projeto ao Legislativo. O Consórcio Nordeste foi lançado em reunião dos governadores da região em março deste ano e vem se consolidando como uma importante articulação com vistas ao desenvolvimento sustentável da região e contraponto fundamental às políticas neoliberais do governo federal.

ANÁLISE CRÍTICA

O resultado do relatório da IPBES também apontou para uma elevada associação entre a redução da biodiversidade e as mudanças climáticas, a última causada pelo impacto da ação humana, tais como o desmatamento e criação de gado que ampliam a emissão de gases de efeito estufa. Nesse sentido, os governos, empresas e grandes agricultores não estão cumprindo seu papel no desenvolvimento sustentável, estando longe de cumprir as metas do Acordo de Paris ou dos parâmetros estabelecidos pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por sua vez, o relatório da Global Forest Watch e da universidade Maryland apontou forte velocidade do desmatamento brasileiro. O relatório ainda aponta que o Brasil havia reduzido tal desmatamento em 70% entre 2007 e 2015, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto, voltou a crescer massivamente a partir de 2016 – período pós-golpe e início do governo Bolsonaro. A perda de floresta nativa ocorreu principalmente no entorno de muitas reservas indígenas.

Diante desse contexto, o governo Bolsonaro cruza os braços em relação à política de mudanças climáticas. Em suas declarações, membros do primeiro escalão do governo consideram o aquecimento global uma teoria alarmista e apocalíptica. Os recursos orçamentários da Política Nacional sobre Mudança do Clima foram contingen-

ciados em 96% neste ano, enquanto o Ibama perdeu um quarto de seu orçamento.

O desmonte da política ambiental gerou críticas no Brasil e no mundo, com destaque para carta aberta de seiscentos cientistas publicada na revista *Science*, para o pronunciamento de governadores de onze estados brasileiros e para o encontro de ex-ministros do Meio Ambiente com o intuito de estabelecer um posicionamento crítico ao novo governo.

Além disso, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, pretende enfraquecer as organizações que atuam em defesa da Amazônia, e sua estratégia é desestruturar o Fundo Amazônia ao fazer declarações vagas sobre indícios de irregularidades em sua governança, bem como afastar a principal gestora dos recursos do fundo no BNDES.

O Fundo Amazônia foi criado pelo governo Lula via Decreto 6527/2008, com forte apoio internacional. Por meio de recursos oriundos principalmente da Noruega (97,4%), Alemanha (2,1%) e Petrobrás (0,5%), já investiu cerca de 2,8 bilhões de reais em mais de 130 projetos de fiscalização e atuação contra o desmatamento na Amazônia. O Fundo é administrado pelo BNDES e passa por auditoria anual do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos dois países, sem nunca ter apresentado irregularidades.

O retorno da Funai e da demarcação de terras indígenas para o Ministério da Justiça pode ser avaliado como uma vitória dos povos originários frente aos retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro. O tema estava entre as principais reivindicações das lideranças indígenas brasileiras, que se reuniram em torno do Acampamento Terra Livre, ocorrido em abril deste ano, em Brasília.

Já os cortes orçamentários no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) significaram uma derrota no financiamento da produção de toda uma cadeia de pequenos produtores, formada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos e pescadores artesanais.

No que se refere ao desenvolvimento regional, o Consórcio Nordeste se propõe a construir a unidade regional buscando o diálogo com os demais estados e com o governo federal tendo em vista a diminuição das desigualdades sociais e a construção de políticas públicas que promovam direitos sociais se contrapondo às políticas neoliberais do governo federal.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Gustavo Coudas; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sergio Honório; Vilma Bokany; William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br